

A PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS EM SALA DE AULA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO ENSINO DE BIOLOGIA.

Pollyana C. A. Cardoso
Graduanda
Universidade Federal de Lavras
pcardoso@cbiologicas.ufla.br

Carolina de Souza Oliveira
Graduanda
Universidade Federal de Lavras

Marina B. Festozo
Professora Adjunta - Doutora de Educação para Ciência
Universidade Federal de Lavras

Resumo

A participação em sociedade está incorporada na vida do ser humano desde o início dos tempos, nas práticas de subsistência, em cultos religiosos, dentre outros âmbitos. A participação também está relacionada às práticas políticas, na busca dos direitos e na construção e acompanhamento de políticas públicas. Ao longo da história várias manifestações sociais foram vistas nas ruas e em organizações, porém através de eventos marcantes na sociedade brasileira, como a ditadura em 1964, toda forma de manifestação foi barrada. Este momento teve influência nos anos seguintes, as pessoas foram desestimuladas a participar de espaços coletivos que muitas vezes não conseguem se manter. Assim, nem sempre espaços de participação foram incentivados também nas escolas e quando são, há profundas resistências a serem superadas. Pensando nisso, este trabalho busca analisar a participação de alunos do ensino médio nas aulas durante uma experiência de Estágio Supervisionado de Biologia, em uma escola pública de Lavras-MG.

Palavras-chave: Análise dos processos históricos de participação, Relato de experiência, Participação de alunos.

Introdução

A participação entre os seres humanos se inicia desde a mais tenra idade, por exemplo, na constituição da família, na comunidade, em associações de bairro, em atividades de subsistência, dentre vários outros âmbitos. A palavra “participar” de maneira geral quer dizer, ter parte em algo, tomar parte de algo, podendo estar relacionada tanto às práticas políticas quanto às práticas sociais de acordo com Bordenave (1985). E o autor avança, ao dizer que a participação pode promover o crescimento da consciência crítica das pessoas e dessa maneira

fortalecer seus poderes de reivindicação. Para tal é necessária a participação social dos sujeitos onde possam tomar decisões coletivamente e se integrar à comunidade (CICONELLO, 2008). Assim à medida que o ser humano vai tendo oportunidades de se inserir nos grupos sociais, sua capacidade de assumir uma voz ativa e tomar decisões pode se desenvolver. Uma forma de isso acontecer é a participação da sociedade em espaços públicos de interlocução com o Estado.

No intuito de entender a construção histórica da participação social é importante e necessário que haja espaços de formação que contribuam para essas reflexões. Diante disso, o Estágio Supervisionado, que faz parte da grade curricular dos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Lavras (UFLA), tem como uma de suas propostas possibilitar a participação cada vez mais esclarecida dos futuros educandos no seu próprio processo de formação, bem como do contexto da profissão que escolheram. O estágio é uma forma do licenciando desenvolver seu aspecto crítico-reflexivo, avaliar sua própria prática, se questionar e problematizar situações diante da teoria ao estar em contato com o ambiente escolar. A reflexão é o eixo integrador nessa formação que une teoria e prática (PIMENTA, 2013).

Com isso, o objetivo deste trabalho foi analisar as aulas regidas pelo professor P1 e pela própria estagiária, durante o Estágio Supervisionado, nas aulas de Biologia com especial atenção à participação dos alunos, utilizando como referência o processo histórico de participação na nossa sociedade.

Procedimentos metodológicos

Este trabalho foi desenvolvido baseado nas experiências vivenciadas durante o Estágio Supervisionado III, em uma escola da rede pública da cidade de Lavras, MG. O relato de experiência é uma das abordagens de pesquisa qualitativa (MINAYO, 2002) que é uma metodologia descritiva que se preocupa mais com o processo do que com o resultado final da pesquisa.

Foram acompanhados dois professores, aqui citados como professor P1 que regiu as aulas que aqui faremos as análises, e professora P2, que entrou no meio do ano na escola substituindo o professor P1, que cedeu espaço para que a estagiária lecionasse suas aulas.

Foram feitas observações de 9 (nove) aulas do professor P1 e análise de 6 (seis) aulas regidas pela estagiária, e para as anotações foi utilizado um diário de bordo. Não serão

relatadas detalhadamente aqui todas as regências nem do professor nem da estagiária, apenas trechos e pontos relevantes para nossa análise.

Resultados e Discussões

Durante a observação das 9 (nove) aulas sob regência do professor, foi possível observar que ao entrar na sala de aula, ele ministrava o conteúdo aos alunos de maneira breve, escrevendo na lousa aquilo que estava escrito no livro didático para eles copiarem, sem problematizar ou contextualizar o assunto à realidade dos mesmos. Em relação aos alunos foi possível perceber que grande parte deles não dava a devida atenção à aula e ao invés disso, ficava ouvindo música, mexendo em seus celulares e conversando entre si.

Dentre os fatores que podem influir no comportamento dos alunos, um é o fato de o conteúdo ser apresentado sem problematizações, discussões, e, portanto, distante da realidade deles. Saviani (2012), em seu estudo sobre as tendências pedagógicas chamou de Pedagogia Tradicional esse ensino baseado na transmissão de conhecimento, que coloca o professor como detentor do conhecimento e que não leva em consideração as diferenças presentes em sala de aula, este tipo de ensino começou em meados do século XIX e persiste até os dias atuais.

Diante disso a estagiária teve a preocupação de realizar propostas diferentes em suas 6 (seis) regências com o objetivo de aproximar os alunos do conteúdo, instigar sua curiosidade, mostrar que o conteúdo pode estar imerso à realidade e promover a participação deles, de acordo com o que postula a Pedagogia Histórico-Crítica de Saviani (2012), que procura inserir o ser humano na sociedade trabalhando seu senso crítico. Para isso, o autor coloca que o processo de ensino-aprendizagem deve seguir por cinco momentos, que são eles: a Prática Social, a Problematização, a Instrumentalização, a Catarse e novamente a Prática Social.

Em uma das aulas com o 3º ano do ensino médio foi trabalhado o tema Doenças Negligenciadas. O tema da aula foi escolhido tendo em vista as problemáticas sociais as quais os alunos estão imersos, assim, a estagiária levou reportagens com exemplos de doenças conhecidas. Para que se partisse das práticas sociais dos alunos, como a leitura de notícias e informações de questões sociais as quais eles conhecem e fazem parte. Com o intuito de criar uma problematização do que foi lido, fez-se uma discussão entre os alunos. Foram feitas algumas perguntas, por exemplo, “no bairro de vocês tem a visita de um agente sanitário?”, mas os alunos não responderam às perguntas. Para, dessa maneira, introduzir o conteúdo a ser trabalhado com os alunos e os instrumentalizarem com os conhecimentos construídos e

acumulados pela humanidade referentes, como dengue e febre amarela. Após esses momentos foi proposta uma atividade buscando uma catarse, ou seja, uma compreensão que articulasse as práticas sociais dos alunos com os conteúdos assimilados, tal atividade se deu com a construção, pelos alunos, de notícias. A aula foi elaborada pela estagiária buscando partir das práticas sociais dos alunos e visando chegar às suas práticas sociais, de maneira que os alunos aprimorassem sua compreensão da mesma.

Ainda no 3º ano foi dada uma aula sobre Origem da vida, que ocorreu em momentos diferentes. No primeiro momento foi levado um pão mofado para os alunos com o intuito de, novamente, partir da realidade dos alunos e contextualizar parte do conteúdo. Assim, foi solicitado que os alunos se aproximassem da mesa para ver o pão, mas eles hesitaram um pouco para se aproximarem. A partir disso foram feitas algumas perguntas como: “o que é isso?”; “como os fungos aparecem nos alimentos?”; “é possível seres vivos surgirem “do nada”, a partir de não-vivos?”; “como surgiu a vida na terra?”. Neste momento de problematização não houve quase nenhuma participação da turma, as perguntas quase sempre ficavam sem respostas. No segundo momento, para abordar a teoria da biogênese e da abiogênese, foi proposta pela estagiária uma história contada por meio de teatro, que ela mesma produziu. Foi solicitada a participação de 4 alunos, para cada um representar um personagem, mas inicialmente eles não aceitaram ir até a frente da sala. Demorou um tempo para eles aceitarem, e só o fizeram quando a professora P2 entrevistou e insistiu para que eles participassem. O objetivo da aula foi apresentar as teorias de Aristóteles, Francesco Redi, Aleksander Oparin e Louis Pasteur. Cada aluno representou um deles e disse uma fala referente a seus experimentos, de acordo com o roteiro produzido pela estagiária. Durante essa atividade, enquanto alguns alunos estavam à frente da sala encenando seus personagens, outros ficavam conversando em seus lugares sem dar atenção ao que estava acontecendo.

Ao final das aulas ministradas nas turmas de terceiro ano do Ensino Médio, foi solicitado que os alunos realizassem uma avaliação da aula da estagiária, relatando se a aula havia contribuído na compreensão do conteúdo, além de pontos a serem melhorados. Somente alguns alunos responderam à avaliação e a maioria só dizia que a aula foi muito boa. Ou seja, no momento de avaliar a aula não houve grande participação, por não quererem ou por não estarem aptos a isso ou porque não prestaram atenção durante o processo. Mas, alguns trouxeram a importância de a aula não ter sido como as outras as quais eles estavam acostumados.

Durante a regência de aulas, também foi possível observar que apesar de terem sido aulas que buscavam instigar os alunos a participarem, notou-se certa resistência, não havendo

grande participação da turma. Isso foi constatado, principalmente, quando a estagiária solicitava aos alunos que se aproximassem dela para observar o exemplo prático levado para aula e estes não demonstraram interesse. O mesmo aconteceu quando foi realizado o teatro, quando os alunos demonstraram falta de interesse e resistência para participar. As aulas tinham como objetivo ter um caráter interativo que não foi bem sucedido, não decorreram, portanto, como esperadas.

Essas aulas foram construídas, pela estagiária, de maneira que o conteúdo fizesse sentido no processo de aprendizagem dos alunos, de modo que ela fosse contextualizada, buscando fazer relações entre os cotidianos dos alunos e os conteúdos ministrados, através de temas sociais e situações corriqueiras. Portanto, as aulas estavam de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 2002). De tal forma que se estabelecesse uma relação entre o sujeito e o objeto e dessa forma ressignificasse o ensino, em que o aluno não apenas se apropriasse de um acúmulo de informações, mas os relacionasse com as suas realidades.

Portanto, as aulas lecionadas pela estagiária, se configuraram como aulas não expositivas, alternativas ao método tradicional, que segundo Lima (2011), possuem uma vertente reflexiva ao promover uma ação coletiva dos envolvidos, além de ser uma forma de não centralizar a ação apenas no professor. Se diferenciando bastante das metodologias adotadas pelo professor P1, que se pautavam somente no conteúdo, já que não havia um espaço para participação dos alunos e nem uma contextualização do conteúdo.

Além disso, quando a estagiária planejou, para as turmas, aulas que levavam em conta o que os alunos tinham para contribuir, com uma metodologia diferente da qual estavam acostumados, eles pediram para que ela escrevesse algo no quadro, e o professor P1 solicitou que ela passasse uma atividade descritiva para os alunos realizarem, por medo de que daquela forma eles não assimilassem o conteúdo. Este modo de ensino convencional, do qual o professor P1 demonstra em sua prática, está relacionado à sociedade em que se insere, a análise de Kuenzer (1999) esclarece que o modelo de ensino atual que não estimula a participação ativa dos alunos, valoriza uma educação voltada para o mercado de trabalho, tendo a lógica de um processo fabril, ou seja, o que se deseja é a produção em massa sem visar verdadeiramente a qualidade da formação dos alunos para a cidadania.

Além disso, é possível que a estrutura física de algumas escolas tire a liberdade do aluno de se expressar e fazer com que este se sinta em um ambiente hostil, a organização das salas de aula, ou seja, em carteiras enfileiradas são um bom exemplo disso. Essa organização

hierarquiza o espaço escolar sem levar em conta a realidade, os anseios dos alunos e que o espaço escolar é um ambiente sociocultural muito diverso (DAYRELL, 1996).

Contudo, apesar das aulas regidas pela estagiária buscarem dar voz aos alunos no momento de discussão, buscando o conhecimento prévio deles, os mesmos resistiram à metodologia, o que pode-se refletir como esse comportamento pode ter sido condicionado pela história da população brasileira, levando em conta que todos os processos históricos os quais o Brasil passou impediram a participação social das pessoas e desde então, tal participação não se consolidou suficientemente em nossa sociedade (ROCHA, 2008).

Assim, para entender o porquê de os alunos não participarem das aulas, entende-se que se precisa compreender o histórico de participação das pessoas em nossa sociedade, tendo em vista que a escola reflete as contradições da mesma, pois a escola faz parte da sociedade e o presente momento é fruto do desenvolvimento histórico.

Breve Histórico da Participação Social

A participação social é a forma que as pessoas têm de exercer sua cidadania por meio de espaços públicos na esfera local, regional ou federal com o envolvimento dos representantes e dos representados do governo, possibilitando que as pessoas canalizem suas demandas e cooperem em decisões.

Porém, os espaços públicos quase sempre foram regidos por sistemas de interesses do poder, em que alguns detêm muito mais privilégios do que outros, criando desta forma uma estratificação socioeconômica. Por conta disso, uma parcela da população brasileira se viu na necessidade de reivindicar seus direitos através de manifestações sociais que foram conquistas marcadas por lutas durante toda a história brasileira (BORDENAVE, 1992).

Em certos momentos da história da sociedade brasileira existiram movimentos sociais que permitiram que o povo mostrasse seu descontentamento, como mostra Carvalho (1985) ao tratar da Revolta da Vacina, quando o povo foi às ruas mostrar sua indignação com o que estava sendo imposto pelo governo. Segundo o autor, o povo, ao longo da história, desenvolveu diversas maneiras de se manifestarem, como por exemplo, trabalhadores e estudantes que diversas vezes fizeram greves e promoveram passeatas.

Até o início dos anos 60 as lutas sociais eram recorrentes na sociedade brasileira, mas com a ditadura militar a partir do ano de 1964, toda forma de mobilização política da população foi impedida de forma predominantemente violenta, e quando não violentas, censuradas. Apesar disso, algumas pessoas ainda conseguiam organizar espaços de debate e

mobilização, baseados em processos educativos, tendo por exemplo, os de Paulo Freire (CICONELLO, 2008).

Como forma de se opor à ditadura imposta, no final da década de 1970 emergiram manifestações populares que reivindicavam saúde, educação, moradia, dentre outros direitos. Nesse período, novas e velhas expressões de lutas sociais também ganharam força. São elas as comunidades eclesiais de base, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o movimento operário do ABC paulista, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a refundação da União Nacional dos Estudantes (UNE), tendo em vista que essa foi um dos principais alvos da ditadura militar, tendo a sua sede incendiada e fuzilada logo no começo do período militar no ano de 1964 (CICONELLO, 2008).

Com as manifestações populares se expandindo cada vez mais, no ano de 1988, ocorreu a institucionalização dos espaços públicos de participação social por meio de um processo de Emenda Popular aceito pela Assembleia Constituinte na Constituição de 1988. Dessa forma o povo conseguiu canalizar suas demandas e influir em processos decisórios de políticas públicas, sendo considerados na participação na vida do Estado por meio de vários espaços nas esferas públicas em âmbito federal ou local (ROCHA, 2008). Esses espaços foram chamados de conselhos e conferências, órgãos de cunho administrativo compostos pela sociedade civil, que tinham como objetivo promover a democracia brasileira.

A população brasileira através destes meios conseguiu promover avanços nas políticas sociais, como a criação do SUS, criação do Estatuto da Criança e do Adolescente e Assistência Social (ROCHA, 2008). Essas conquistas históricas, marcadas por lutas pelos direitos civis, foram importantes para a construção da cidadania, na qual a Constituição de 1988 reconhece a participação social como um direito de a população exercer sua cidadania através da gestão de políticas públicas.

Apesar de a década de 1980 ter sido marcada por muitas manifestações populares, no ano de 1990 ocorreu um esvaziamento do espaço público em que a sociedade, e até mesmo empresas, passaram a assumir as responsabilidades conferidas ao Estado. De acordo com Dagnino (2004), a participação passa a ter outro viés, o de trabalho voluntário, passando a ser chamada de participação solidária e não parte mais do coletivo, se caracterizando como uma vontade individualista ligada a valores morais.

Os interesses do mercado tiveram forte influência também sobre o sistema educacional, a pressão dos setores empresariais criou um projeto de formação para o mercado de trabalho, que descaracterizou todo o esforço por uma formação cidadã, isso tudo reforçado pela desigualdade social persistente no Brasil. Essas influências fizeram com que o objetivo

principal da população muitas vezes se limitasse à conquista do diploma por si só, desviando o foco de uma formação mais humana. Assim, o desenvolvimento de uma consciência cidadã em cada indivíduo da sociedade torna-se cada vez mais distante, reforçando ainda mais esse sistema (LOPES *et al*, 2016).

Apesar dessa inversão, entre os anos de 2003 e 2006 o Governo Federal começou a consultar a população para relatar assuntos referentes à administração pública, dinamizando assim o diálogo entre os representantes e os representados. Com isso, foi possível perceber que neste período houve uma enorme expansão da participação social na esfera pública social brasileira (ROCHA, 2008).

Mas, apesar desses eventos e espaços, é raro nos depararmos com a participação efetiva da população no nosso cotidiano, por exemplo, as associações de bairro que visam uma ação comunitária constante para esclarecimento de assuntos relacionados com o bem estar e atendimento das necessidades básicas (FELIX, 2001). Se a sociedade, que é um espaço diverso, democrático por direito e com vasto espaço para diversas formas de manifestações, não incentiva a criação destes espaços e não fortalece as associações já existentes, ou seja, as pessoas não têm essa prática participativa em seu cotidiano, na escola esse trabalho também não ocorre de forma tranquila, tem que ser intencionalmente pensado, organizado e impulsionado.

A Escola como Promoção da Participação Social

Nas escolas há diversas formas a partir das quais os alunos, assim como os professores, podem exercer sua cidadania e politizar o meio, por exemplo, através de projetos e dentro das salas de aula. A aula regida pela estagiária, sobre doenças negligenciadas, buscou exercer essa cidadania através da discussão de reportagens, e fazendo problematizações sobre o que os alunos viam na comunidade deles, já que a dengue era a doença que estava em foco de debate no momento e desta forma os alunos iam trabalhando sua criticidade das questões que eram levantadas.

A sala de aula é onde o professor pode mobilizar seus alunos através de problemas do seu cotidiano, desta forma pode despertar nos alunos uma criticidade que os permitirá questionar várias outras situações, como os seus direitos enquanto indivíduos, a capacidade de compreender seu trabalho, a organização para resolução de problemas coletivos, entre outros. Desta maneira a participação é incentivada e os alunos vão começar a refletir sobre seu papel na sociedade.

Apesar disso, um dos meios institucionais reconhecidos nos quais os alunos podem participar dentro das escolas são os colegiados e os grêmios estudantis. Os grêmios estavam amplamente presentes nas escolas brasileiras e foram fechados durante a ditadura militar, atualmente sendo estimulados pela Secretaria de Educação do estado de Minas Gerais. Os colegiados envolvem um número pequeno de alunos representantes de suas turmas, alguns professores, pais e outros membros da comunidade escolar. Ele é um meio que as pessoas envolvidas na esfera educacional têm de canalizar suas demandas e discutir suas questões. Mas é preciso que esse trabalho também se dê nos espaços públicos da nossa sociedade, já que não é comum em nosso cotidiano vermos espaços que possibilitem a participação das pessoas, espaços que envolvam debates e decisões. São raras as associações existentes e quando existem têm a dificuldade de se manterem, uma vez que as pessoas têm dificuldade de trabalhar no coletivo assim como há embates não produtivos de ideias que visam a individualidade.

Considerações Finais

Ao observarmos as salas de aula das turmas do estágio em questão, foi possível ver que há pouca ou quase nenhuma participação dos alunos na construção do conhecimento por conta de diversos fatores, como o modelo de aula proposto que não abre espaço para seus conhecimentos prévios e não motiva o desenvolvimento do senso crítico dos alunos; a organização escolar hierárquica e burocratizada que se remete ao modelo de sistema fabril. Além disso, brevemente analisamos algumas das barreiras impostas à participação da sociedade ao longo da história que persiste nos dias atuais.

Ao levar metodologias alternativas para dentro das salas de aula, a fim de, despertar o interesse dos alunos e fazer com que eles se integrem à dinâmica, é possível observar que ainda assim eles não participam e isso pode ocorrer por conta da falta de incentivo de espaços para participação social nas escolas e na sociedade brasileira como um todo.

Por esse motivo, é preciso que a escola fomente espaços de participação social, continuamente, que podem começar nas salas de aula e se estender aos órgãos de representação, como grêmios estudantis, colegiados e conselhos, para que desta maneira os alunos possam se posicionar e perceber o lugar que ocupam na sociedade, assim como estarão exercendo dessa forma, a cidadania.

Agradecimentos

À CAPES e à FAPEMIG.

Referências

BORDENAVE, J. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos)

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **PCN+ Ensino Médio** – orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002.

CARVALHO, J. M. Cidadania: tipos e percursos. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 337-360, 1995.

CICONELLO, A. A participação social como processo de consolidação da democracia no Brasil. In: GREEN, D. **From poverty: how active citizens and effective states can change the world**. Oxford: Oxfam International, 2008.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. **Revista FACES**, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110, 2004.

DAYRELL, J. T. **A escola como espaço sócio-cultural**. Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

FELIX, S. A. **A geografia do crime de Marília-SP**: Diagnósticos para uma ação social comunitária. Relatório Final de Pesquisa da Primeira Fase Apresentado à Fapesp. Processo nº 00/01454-9. Marília, 2001.

KUENZER, A. Z. As políticas de formação: a constituição da identidade do professor sobrando. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 68, p. 163-183, 1999.

LIMA, M. R. Blog como Recurso Didático: instrumentação e reconfiguração da prática docente na cibercultura. **Revista Tecnologias na Educação**, Minas Gerais. v. 3, n. 1, p.1-15, 2011.

LOPES, E. C. P. M.; CAPRIO, M. As influências do modelo neoliberal na educação. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, n. 5, 2016.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002

PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores: unidade entre teoria e prática. **Revista Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 94, p. 58-73, 2013.

ROCHA, E. A Constituição cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. In: VAZ, F. T.; MUSSE, J. S.; SANTOS, R. F. (Coords.). **20 anos da**

constituição cidadã: avaliação e desafios da seguridade social. Brasília: ANFIP, 2008, p. 131-148.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 42 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.